O IMPACTO DA MODALIDADE A DISTÂNCIA PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM MATO GROSSO DO SUL NOS ANOS 2000[1]

Carla B. Zandavalli M. Araujo/UFMS/ carlabzandavalli@gmail.com

Grupo temático 5. *Qualidade na Educação a Distância e a democratização do conhecimento*
Subgrupo 5.2 *A EaD como estratégia de democratização no ensino superior: acesso e equidade*

Resumo:
Neste estudo buscou-se analisar em que medida a modalidade a distância impactou para a democratização do ensino superior no estado de Mato Grosso do Sul (MS), no âmbito dos cursos de graduação. Para tanto, foi realizado levantamento bibliográfico no banco de teses e dissertações da Capes e nos trabalhos apresentados no GT de políticas de educação superior na Anped, bem como tratamento de dados agregados do Censo da Educação Superior. Os resultados apontam para uma ampliação da quantidade de municípios do interior do estado de MS, que por meio dos polos de apoio ao ensino, ofertam cursos de graduação, mas com centralização nas áreas das ciências humanas e sociais aplicadas, algo incompatível com as principais áreas de atividade econômica do estado. A privatização foi acentuada, tanto na modalidade presencial, quanto na modalidade a distância. Observa-se, portanto, que a EaD permitiu a interiorização, mas não contribuiu significativamente para a democratização da educação superior.
Palavras-chave: *Democratização. Ensino Superior. Mato Grosso do Sul. Educação a Distância.*

Abstract:
In this study we sought to examine the extent to which modality of distance education impacted to the democratization of higher education in the state of Mato Grosso do Sul (MS), in the context of undergraduate courses. Therefore, it was made a bibliographic review in the Capes' database of theses and dissertations and in the papers presented at the work group of policy in higher education in the Anped, as well as treatment of aggregated data from the Census of Higher Education. The results point to an increase in the number of municipalities in the state of MS, which, through the poles to support teaching, proffer undergraduate courses, but with centralization in the areas of applied social and human sciences, something incompatible with the main areas of economic activity in the state. The privatization was increased both in presencial mode as in the distance mode. We observe, therefore, that EaD allowed internalization, but did not contribute significantly to the democratization of higher education.
Keywords: *Democratization. Higher Education. Mato Grosso do Sul. Distance Education.*

[1] O artigo expõe resultados parciais de três projetos de pesquisa, um deles é financiado pelo CNPq e outros dois pela Fundação de apoio ao desenvolvimento do ensino, ciência e tecnologia do estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT).

1 Introdução

São apresentados, por meio deste texto, resultados parciais de projetos de pesquisa que analisam as políticas educacionais do Estado de Mato Grosso do Sul. Essas informações constituem-se em uma parcela das ações desenvolvidas nestes projetos, relativas à expansão e desenvolvimento da modalidade a distância e com o objetivo de analisar o impacto da implantação da modalidade a distância para a democratização do ensino superior em Mato Grosso do Sul.

Os dados expostos foram obtidos por meio de levantamento bibliográfico e tratamento de dados agregados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). No âmbito bibliográfico foram realizadas consultas à base de Teses e Dissertações da Capes e aos trabalhos do GT 11 de Políticas em Educação Superior da Anped. Os dados agregados do Inep foram utilizados mediante consulta aos Resumos Técnicos e Sinopses do Censo da Educação Superior.

O texto está organizado em três partes, na primeira discute-se a percepção acerca da democratização do ensino superior, na segunda são trazidos dados acerca da expansão do ensino superior no estado de Mato Grosso do Sul, analisando-se o impacto da implantação dos cursos de graduação a distância para a democratização do ensino superior, seguindo-se as considerações finais do estudo.

2 A democratização do ensino superior: sentidos e significados

Os estudos sobre a democratização, o acesso, a permanência, a terminalidade e a inclusão na educação superior se intensificam no Brasil nos anos 2000.

Em parcela significativa destes estudos as palavras democracia ou democratização são utilizadas como consenso, por isso, a maior parte deles não explicita o seu significado, mas é possível depreender o sentido dado por meio da análise do conteúdo dos textos.

Na base de Teses e Dissertações da Capes, foram identificados 68 estudos a partir dos descritores “democratização da educação superior”, elaborados nos anos de 2011 a 2012[2]. Estes estudos estão associados aos seguintes aspectos:

a) Expansão, acesso, permanência e terminalidade;
b) Relação público-privado e a mercantilização do ensino superior;
c) Desenvolvimento de políticas públicas por parte da União: PROUNI, REUNI, Sistema UAB, Políticas de cotas;
d) Inclusão de alunos com deficiências.

Não foi possível observar, nos resumos, pela sua brevidade, a conceituação ou concepção de democratização defendida pelos pesquisadores. Por este motivo, está em curso o levantamento na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT, que disponibiliza os trabalhos completos.

[2] O corte de datas decorre de uma limitação do banco, que está atualizando seus dados e disponibiliza momentaneamente apenas os trabalhos de 2010 a 2012.

No GT 11 da Anped[3], foram apresentados, no período de 1995 (18ª reunião) a 2013 (36ª reunião), 200 trabalhos, dos quais foram selecionados 11 que tratam mais diretamente o tema da democratização da educação superior.

Ribeiro (1996) ao discutir o dilema das universidades, entre as forças do mercado e as demandas das camadas subalternas, identifica como democratização a possibilidade de inserção das camadas populares no ensino superior: "[...]a *universidade* cede à pressão das *camadas subalternas*, ampliando possibilidades de acesso e permanência, e considerando os diferentes saberes e interesses peculiares a essas camadas (*democratização*)". (RIBEIRO, 1996, p. 1, grifo da autora).

Lima (2004), Carvalho (2005) e Otranto (2006) situam a democratização enquanto discurso governamental, buscando desvelar seu teor, por meio da análise dos programas e ações da União.

Lima (2004) considera que a proposta do Governo Lula de utilização da educação à distância como estratégia de "democratização" do acesso às instituições públicas de ensino superior, omite o aprofundamento da privatização da educação pública brasileira, aspecto diretamente relacionado com as diretrizes da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Carvalho (2005), quando discute o Prouni, observa a apropriação da expressão ideológica da "democratização", por parte das associações de ensino superior privadas, no âmbito das discussões da Reforma da Educação Superior, pois: "[...] estes têm enaltecido a importância do PROUNI, sob o argumento da democratização do ensino."

Otranto (2006) descreve e analisa o relatório do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) encarregado de analisar a situação da educação superior brasileira e apresentar um plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O GTI é o pontapé inicial do Governo Lula para a efetivação da Reforma da Educação Superior no Brasil.

A autora assinala o alinhamento das propostas do Estado brasileiro com os organismos multilaterais, explicitado na expansão do acesso por meio de instituições que privilegiam essencialmente o ensino, pela via da educação privada e da educação a distância, bem como a indução da autonomia universitária enquanto "autonomia financeira" no que se refere à captação de recursos do mercado e à queda do financiamento público. Analisa os programas e ações para a educação superior e acentua a expansão quantitativa em detrimento dos aspectos de qualidade. Por fim, salienta que não há nada de democrático na proposta de Reforma Universitária.

A democracia é posta, portanto, como a possibilidade concreta de soberania da nação em face às determinações de organismos multilaterais e instituída pela participação dos segmentos organizados da sociedade.

Sousa e Melo e Sousa (2009) tratam da democratização do acesso à educação superior, por meio de um estudo de caso sobre a Universidade de Brasília. Tecem importantes considerações sobre a polissemia do termo democratização, apontando que:

> [...]O conceito acerca desse fenômeno ainda é muito polêmico e varia entre os autores que tratam do assunto, podendo ser traduzido, principalmente,

[3] Os trabalhos encontram-se indexados desde a 18ª reunião, ocorrida em 1995. Atualmente no endereço eletrônico: http://www.anped11.uerj.br/indexatual.html. Foram considerados apenas os trabalhos completos e os trabalhos encomendados.

> em duas acepções: como sinônimo de ampliação da oferta ou como expansão vinculada a mecanismos de seleção e diversificação do ingresso, entendimento que tem diversos desdobramentos. (SOUSA E MELO; SOUSA, 2009, p. 2).

Assinalam que o primeiro conceito tem como base o princípio liberal da universalidade, que defende o direito de acesso à educação, baseado no mérito individual, excluindo os fatores de origem social e classe. Já o segundo conceito, partindo da complexidade do meio social, percebe a democratização a partir das desigualdades sociais, econômicas e raciais presentes na sociedade.

Para os autores, nesta segunda acepção, além da ampliação da oferta de vagas, a democratização exigiria estratégias para a inclusão de minorias sociais na educação superior, oferecendo uma nova percepção para a questão do mérito acadêmico.

Sousa e Melo e Sousa (2009) observam que há variações quanto à percepção da inclusão de estudantes das minorias étnicas ou sociais, pois alguns autores defendem uma medida de proporcionalidade quantitativa, ou seja, a representação nas IES deveria ser igual à proporção de sujeitos presentes na sociedade; enquanto outros alertam para a importância inclusão igualitária nos cursos de maior prestígio social, dada a hierarquização social e econômica das carreiras dentro das universidades.

Os autores apontam ainda para outra concepção, a de que o nível superior apenas refletiria a desigualdade existente na educação básica, de forma que a democracia no acesso à educação superior depende da situação de democratização na educação básica.

Almeida (2010) ao discutir a democratização na educação superior, analisa os programas de acesso ao ensino superior para indivíduos de baixa renda, em especial o PROUNI, bem como a expansão do setor privado lucrativo. O autor situa estudos anteriores sobre a categoria democratização e observa a existência de uma subdivisão entre os aspectos quantitativo e qualitativo.

No âmbito da democratização quantitativa figuram autores que indicam a democratização deve resultar em crescimento da taxa de escolarização entre as camadas sociais, significando a difusão da instrução e a democratização como "massificação ou demografização escolar".

Almeida (2010, p. 10) observa que a democratização qualitativa está centrada na diminuição das diferenças escolares ligadas à origem social. Acentua que desde os anos 1960, o processo de relativa expansão do acesso aos níveis mais elevados do ensino foi objeto em pesquisas empíricas, centradas na verificação dos mecanismos de seleção social operados no meio escolar. Finaliza suas considerações conceituais indicando que o tema democratização é recorrente, mas não consegue se realizar por completo e questiona se seria exequível em uma sociedade desigual, avançar ao menos em sua face qualitativa.

Vargas e Paula (2011) discutem a democratização da educação superior tendo como foco os concluintes, especialmente, os alunos trabalhadores. Situam a origem das políticas de democratização do Estado brasileiro, com foco no governo Lula, na constatação de que taxas muito baixas de escolarização líquida e bruta, no ensino superior, não permitiriam o alcance das metas do Plano Nacional de Educação, com vigência de 2001 a 2010. Dada a igual constatação do esgotamento da expansão deste nível de ensino pela via privada, pontuam a importância do estudo de Ristoff e

Pacheco (2004), que com base nos dados agregados gerados pelo Inep, indicaram a necessidade da ação da União para a reversão deste quadro, emergindo a "democratização", como centro das políticas de educação superior no período, pois a ampliação destas taxas passa, obrigatoriamente, pela inserção no sistema de educação superior, de parcelas dos estratos socioeconômicos médios e baixos.

Para implantar as metas do PNE o governo estabelece uma série de políticas, entre as quais as autoras destacam a criação de novas universidades públicas e a ampliação do número de campi de antigas universidades fora das capitais, a criação do PROUNI, a ampliação do Programa de Financiamento Estudantil (FIES), a política de cotas e Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), atrelando o financiamento das instituições públicas, aos seus resultados, ou seja: elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação, a redução das taxas de evasão, a ocupação de vagas ociosas e o aumento das vagas de ingresso, especialmente no período noturno.

As autoras observam que tais políticas geraram uma ampliação não muito significativa do acesso e não minimizaram os problemas do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante. Elas descrevem experiências neste sentido em outros países, que passam a considerar a relação trabalho e estudo e afirmam que as políticas de democratização só serão efetivas na medida em que contemplarem as necessidades efetivas para acesso, permanência e terminalidade do trabalhador-estudante e do estudante-trabalhador.

Carvalho (2011) procura identificar se o financiamento do PROUNI se constitui como um estímulo à iniciativa privada e/ou um meio de democratização do acesso à educação superior. A autora conclui que as duas opções são concretizadas, pois por um lado o financiamento do programa representa a possibilidade de manutenção do crescimento do segmento particular e por outro, assumiu cunho de ação afirmativa, em razão dos critérios de seleção utilizados para a concessão de bolsas. A autora alerta, porém, que há muitos desafios ainda a serem trilhados quanto à democratização do acesso:

> [...]. Em que pese a melhoria na escolaridade líquida nos segmentos mais pobres, as desigualdades sociais permanecem no horizonte da política educacional como obstáculos a serem superados, para que uma sociedade possa dar condições reais a todos, baseadas nos valores democráticos da meritocracia e da igualdade de oportunidades. (CARVALHO, 2011, p. 18-19).

Arruda e Gomes (2012), em um estudo de caso sobre a Universidade Federal de Pernambuco, analisam os efeitos do Reuni quanto à ampliação das oportunidades de acesso a estudantes das classes sociais historicamente excluídas das universidades federais, o que para os autores, implica em sua democratização.

Observam que no âmbito da proposição das políticas, tanto o Decreto como as Diretrizes do Reuni incorporam aspectos que ampliam a concepção de democratização da educação superior, ao sustentar que ela não se limita à ampliação da oferta de vagas, mas está condicionada à "[...]ampliação de políticas de inclusão, de assistência estudantil e igualdade de oportunidades para o estudante que apresenta condições sócio-econômicas desfavoráveis [...]" (BRASIL, 2007apud ARRUDA; GOMES, 2012, p. 9).

Visualizam na proposição do Reuni, sua perspectiva contraditória, ou seja, percebem "[...] uma intertextualidade marcada pelo debate e diretrizes internacionais, bem como pelo debate nacional sobre a ampliação das oportunidades educacionais no campo da educação superior brasileira [...]". Embora os dados da UFPE, confirmem a tendência de seletividade econômica e social no âmbito da educação superior, pois a maioria dos candidatos inscritos e classificados são oriundos de escolas privadas, destacam que o percentual de candidatos classificados oriundos de escola pública cuja renda familiar é de 1 a 2 salários mínimos cresceu significativamente após o Reuni.

Por fim, salientam a necessidade do Estado brasileiro efetivar a democratização da educação superior, indo além das políticas pontuais e buscando a "[...] articulação entre as políticas de expansão do sistema federal de educação e a educação básica pública, no sentido de combater (ou inverter) o ciclo entre entrada nos cursos de graduação de menor prestígio social e escola pública". (ARRUDA; GOMES, 2012, p. 14).

Barbosa e Lima (2013) analisam a efetividade do Programa de Integração e de Inclusão Étnico-Racial (PIIER) da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), enquanto política de democratização, tomando a democratização como:

> [...]um processo dinâmico que requer a adoção de ações que garantam, para além da expansão do sistema educacional e da ampliação do número de matrículas, a equidade, a igualdade de oportunidades e a qualidade da educação combinadas com políticas que facilitem o acesso e que garantam a permanência dos estudantes nas IES. E que sua plena realização "implica a superação da ordem capitalista" (COUTINHO, 2002 apud BARBOSA; LIMA, 2013, p. 3, grifo das autoras).

As autoras pontuam o sucesso do PIIER na ampliação do acesso de estudantes cotistas e consideram que a democratização implicaria na implantação de políticas de permanência destes estudantes, algo que requer maior investimento do Estado.

Como demonstrado nesta breve revisão de literatura, a democratização permite uma amplitude de significados, sinalizados à luz da percepção de método dos pesquisadores, por isso precisa ser conceituada.

Neste estudo, em consonância com autores mencionados, a democratização da educação superior é vista para além do acesso, sendo tomada como elemento a ser constituído no espaço das contradições sociais, enquanto acesso, permanência, terminalidade dos estudantes, de todos os estratos socioeconômicos, em todas as regiões e localidades, com qualidade e com possibilidade de escolha das carreiras.

Seguem informações sobre os impactos da EaD para a democratização do ensino superior em MS.

3 Impactos da modalidade a distância para a democratização do ensino superior em Mato Grosso do Sul

Embora a expansão da oferta de cursos de graduação na modalidade a distância no Brasil tenha sido bastante significativa, especialmente a partir de 2005,

não atingiu ainda 20% das matrículas nos cursos de graduação[4], e mormente as dúvidas acerca da qualidade oferecida (LIMA, 2004; GIOLO, 2008, 2010; BARRETO, 2010; HYPOLITO, 2010), tem sido uma estratégia para a ampliação do acesso e interiorização da educação superior no país, especialmente em estados, como o de MS, com grande extensão territorial, distâncias acentuadas entre municípios e concentração demográfica em poucos municípios.

A forma de expansão da EaD em Mato Grosso do Sul acompanha a expansão nacional, no sentido de que a oferta é iniciada em instituição pública federal, com curso de licenciatura e com expansão acentuada a partir de 2005 (Tabela 1), com prevalência de cursos em universidades privadas[5].

Observa-se, quanto ao número de instituições, que ocorre um decréscimo em 2007, pois de cinco instituições passam a ser quatro, mas na verdade, ocorre a saída da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP), do consórcio representado pelo Instituto UVB.Br e em 2012, são registradas seis instituições[6].

Tabela 1 – Número de Instituições, cursos de graduação, vagas, candidatos inscritos, ingressos, matrículas e concluintes na modalidade a distância, em instituições sediadas em Mato Grosso do Sul – 2000 a 2012.

Ano	N° de IES	Nº de cursos	Vagas oferecidas	Candidatos inscritos	Candidatos	Outras formas de ingressos	Matrículas em 30/06	Concluintes
					Ingressos			
2000	0	0	0	0	0	0	0	0
2001	0	0	0	0	0	0	0	0
2002	1	1	280	280	189	0	189	0
2003	1	1	80	91	80	0	340	0
2004	2	4	660	313	313	0	695	54
2005	4	8	3.620	3.984	2.177	0	796	135
2006	5	18	23.552	12.078	6.332	-	4.001	137
2007	4	21	72.452	21.991	14.673	209	15.573	58
2008	4	31	133.111	41.467	19.869	2.969	34.177	954
2009	*	*	*	*	9.759**	193	22.493	4.102
2010	4	*	231.600	82.118	31.586	129	23.782	2.600
2011	4	41	45.410	65.332	11.159	326	27.398	2.284
2012	6	149	92.310	69.330	76.639	105	32.948	4.146
2002/ 2012 %Δ	500	14.800	32.867	24.660	40.449	**** -49,76	17.332	***** 7.577

[4] O Censo da Educação Superior de 2012, aponta que a modalidade é responsável por 15,8% das matrículas nos cursos de graduação.

[5] Estas informações foram obtidas por meio das Sinopses Estatísticas do Inep, no período de 2000 a 2012.

[6] São as seguintes IES: UFMS, credenciada em 2001; a UNIDERP, credenciada para a oferta de cursos de Pós-graduação Lato Sensu em 2002 e de graduação em 2005a UCDB em 2005; a UNIGRAN em 2006; a UEMS em 2008 e a UFGD em 2010.

***

Fontes: Tabela elaborada a partir dos dados do Censo da Educação Superior 2000-2012. MEC/Inep (2013).
* A variação na forma de apresentação dos dados sobre a EaD gera descontinuidade de informações, em 2009 não é possível identificar a quantidade de instituições, cursos, vagas e candidatos inscritos; em 2010, não é possível localizar a quantidade de cursos.
** A partir de 2009, ao invés de candidatos ingressos, indicam-se candidatos ingressos por processos seletivos.
*** O percentual de crescimento está sendo gerado a partir dos dados de 2002, já que não há dados anteriores.
**** Foram tomados os dados a partir de 2007, por não haver dados anteriores.
***** No caso dos concluintes, tomou-se o dado de 2004 como informação inicial para a geração do percentual de crescimento, pois não há dados anteriores.

Quanto à permanência e à terminalidade, observa-se a desigualdade entre as vagas oferecidas, os candidatos inscritos, os ingressos, os matriculados e os concluintes, com indicadores claros de ociosidade de vagas (Tabela 1).

Os dados da Tabela 1 indicam o crescimento gradativo das vagas, acompanhado pelo crescimento também das vagas ociosas, até 2010, pois em 2011 ocorre a redução significativa das vagas, possivelmente como decorrência dos processos de regulação do Estado, e também da clareza da ociosidade muito representativa especialmente a partir de 2006. Em 2012 ocorre uma certa recuperação na oferta e a diminuição da ociosidade das vagas, pois 83,13% das vagas ofertadas resultaram em ingressos aos cursos de graduação. O dado diferencial é que a quantidade de ingressantes é maior do que a de inscritos.

Não há dados suficientes no Censo da Educação Superior para analisar com precisão a permanência e a evasão, mas se somados os resultados de 2002 a 2012, de 162.392 matriculados, há 14.470 concluintes. Excluindo-se os matriculados nos últimos três anos, período em que se concentra o maior número de matrículas e relativas a estudantes que não teriam o tempo devido da formação, mesmo assim, são 78.264 matriculados, para 14.470 formados, ou seja, uma estimativa de evasão de 81,51%.

Levando em consideração o período em que, por meio dos dados do Censo, pode-se identificar aspectos da oferta, por instituição - 2000 a 2008 - e depois novamente a partir de 2010, observa-se que a ociosidade de vagas ocorre com maior ênfase nas IES privadas e são as que oferecem maior número de vagas. No caso de Mato Grosso do Sul, a Uniderp, a Unigran e a UCDB, em ordem decrescente, apresentam maior ociosidade de vagas (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de vagas, candidatos inscritos e ingressos, na Região Centro-Oeste, no estado de Mato Grosso do Sul e nas IES sediadas em MS – 2010

Região / Estado/ Instituições	Vagas Oferecidas	Candidatos Inscritos	Relação Candidatos Inscritos/ Vagas Oferecidas	Ingressos		
				Processo Seletivo e Outras Formas	Processo Seletivo	Outras Formas
CENTRO-OESTE	238.427	91.556	0,4	33.807	33.571	236
MATO	231.600	82.118	1,5	31.715	31586	129

GROSSO DO SUL						
UNIVERSIDADE ANHANGUERA - UNIDERP	201.600	72.986	0,4	27.336	27.336	0
UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	2.000	1.623	0,8	1.018	889	129
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	0	0	0	261	261	0
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA GRANDE DOURADOS	28.000	7.509	0,3	3.100	3.100	0

Fontes: Tabela elaborada a partir dos dados do Censo da Educação Superior 2000-2011. MEC/Inep (2012).

Embora apresente alta ociosidade de vagas, a Uniderp foi responsável, em 2010, por 80,8% dos ingressantes da região centro-oeste e 86,2% dos ingressantes do estado de MS.

No que toca às áreas de conhecimento dos cursos oferecidos[7], elas se concentram nas ciências humanas e sociais e ciências sociais aplicadas (Quadro 1).

Quadro 1 - Área geral, programas e cursos oferecidos nas Instituições de Educação Superior sediadas em MS, na modalidade a distância

IES *	ÁREA GERAL	PROGRAMAS	CURSOS
UNIDERP ANHANGUERA	Educação	Ciências da educação	Pedagogia
		Formação de professor de matérias específicas	Formação de professor de língua/literatura vernácula e língua estrangeira moderna
	Ciências sociais, negócios e direito	Contabilidade e tributação	Ciências contábeis
		Gerenciamento e administração	Administração
			Administração hospitalar
			Gestão de pessoal/

[7] Os dados do Quadro 2 restringem-se ao período de 2000 a 2008, pois a forma de exposição de informações a partir de 2009 inviabiliza a identificação da oferta de cursos, por área, por instituição de ensino e por estado.

			recursos humanos
			Gestão logística
		Marketing e publicidade	Mercadologia (marketing)
	Saúde e bem estar social	Enfermagem e atenção primária (assistência básica)	Enfermagem
		Serviço social e orientação	Serviço social
UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	Ciências sociais, negócios e direito	Contabilidade e tributação	Ciências contábeis
		Gerenciamento a administração	Administração de agronegócios
			Administração pública
			Gestão financeira
			Vendas e varejos Negócios imobiliários
	Serviços	Proteção ambiental (cursos gerais)	Gestão ambiental
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Educação	Ciências da educação	Pedagogia
		Formação de professor de matérias específicas	Formação de professor de biologia
	Ciências sociais, negócios e direito	Gerenciamento e administração	Administração
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA GRANDE DOURADOS	Educação	Ciências da Educação	Pedagogia
		Formação de professores de matérias específicas	Formação de professores de letras
	Humanidades e artes	Religião e teologia	Teologia
	Ciências sociais, negócios e direito	Contabilidade e tributação	Ciências contábeis
		Gerenciamento e administração	Administração
		Marketing e publicidade	Publicidade e Propaganda
		Vendas em atacado e varejo	Negócios Imobiliários
	Ciências, Matemática e Computação	Processamento da informação	Análise e desenvolvimento de sistemas
	Agricultura e veterinária	Produção Agrícola	Agroindústria

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados do Censo da Educação Superior 2000-2008, por meio das Sinopses Estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 12 jun. 2013. (*) Não constam informações sobre as áreas de cursos da UEMS e a UFGD, pois foram inseridas no Censo de 2012 e não há dados particularizados das áreas neste Censo.

A ênfase da oferta de cursos nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, talvez ocorra pelo baixo custo de implantação e execução, em face às outras áreas.

Para além das hipóteses, o fato patente é de que na expansão dos cursos em EaD em Mato Grosso do Sul, à semelhança da situação nacional, não há um processo equitativo de oferta, pois cidadãos moradores de determinadas cidades não têm possibilidade de escolha de acesso a cursos de graduação em todas as áreas de conhecimento. O que vem gerando a migração dos jovens para outros municípios, em geral sem retorno, fator evidente nas estatísticas da diminuição demográfica em alguns municípios do interior do estado, na migração para as cidades mais populosas e na insuficiência de profissionais habilitados nas engenharias, na área da saúde e bem estar social, bem como nas áreas da agricultura e veterinária.

As IES sediadas no estado de MS cobrem todas as meso e microrregiões[8], mas não há oferta em cerca de 37 municípios. Embora tais municípios não disponham de cobertura da modalidade a distância, vários são atendidos por instituições sediadas em outros estados ou por campus das universidades ou instituições que ofertam cursos presenciais.

Se comparado o acesso à educação superior no interior do estado antes dos anos 2000, quando não era ofertada a EaD, com a situação obtida em 2012, observa-se a ampliação do processo de interiorização, no que toca à quantidade de municípios atendidos.

Em 1999, portanto no ensino presencial, do total de 37.868 matrículas, 19.950 estavam na capital do estado (52,7%). Destas matrículas, 11.775 ocorriam em instituições públicas (31,1%) e 26.093 em IES privadas (68,9%).

Em 2012, no ensino presencial, do total de 79.252 matrículas, 42.625 estavam na capital do estado (53,8%) e 36.901 no interior. Das vagas no interior 19.786 são de responsabilidade de IES públicas e 17.115 das privadas. Na modalidade a distância, não é possível situar a localização (capital/interior), por meio do Censo da Educação Superior, pois não há limitação de circunscrição geográfica, já que os dados são inseridos por instituição, identificada por meio de sua sede. Mas os dados disponíveis no e-MEC possibilitam indicar a ampliação de municípios atendidos, a partir da identificação dos polos de apoio ao ensino.

A privatização segue significativa em ambas as modalidades, sendo que em 2012, das 32.948 matrículas na EaD, 31.355 estão em IES privadas (95%).

Entre as IES privadas sediadas no estado de MS é inegável o impacto da Universidade Anhanguera_Uniderp, dado o seu gigantismo em todos os indicadores analisados, que pode ser maximizado quando for implantada a fusão, já autorizada, entre a Kroton Educacional S.A. e a Anhanguera Educacional Participações S.A. O oligopólio gerado por esta fusão tem aspectos especialmente preocupantes no âmbito da padronização e do empobrecimento dos currículos, caso sejam mantidas as políticas desenvolvidas pela Anhanguera Educacional Participações S.A.

[8] O estado de MS possui quatro meso regiões: Pantanais sul-mato-grossenses, Centro-Norte de MS, Leste de MS, Sudoeste de MS e onze microrregiões: Baixo Pantanal, Aquidauna, Alto Taquari, Campo Grande, Cassilândia, Paranaíba, Três Lagoas, Nova Andradina, Iguatemi, Dourados e Bodoquena, conforme organização do IBGE.

No próximo item são traçadas considerações finais sobre o processo de expansão dos cursos de graduação, na modalidade a distância em Mato Grosso do Sul.

3 Considerações finais

A análise da expansão dos cursos de graduação a distância no estado de Mato Grosso do Sul, permite afirmar que vem ocorrendo a interiorização, quanto ao número de municípios atendidos, mas não a efetiva democratização, pois nos dados mais recentes do Censo da Educação Superior (INEP, 2013), percebe-se o predomínio da oferta na esfera privada, concentrada em cursos nas áreas das ciências humanas e sociais aplicadas, o que não atende às necessidades regionais.

A ociosidade de vagas e o baixo índice de terminalidade, também são fatores contrários à democratização, na perspectiva adotada neste estudo. Vale ressaltar que as políticas de permanência e assistência estudantil desenvolvidas pela União não abrangem os estudantes da modalidade a distância, que no caso de Mato Grosso do Sul, são alunos, em sua maioria, com baixo poder aquisitivo.

Conclui-se que a utilização da EaD como estratégia de democratização, na acepção deste estudo, requer modificações significativas na proposição e desenvolvimento das políticas de educação superior, especialmente, a inclusão da modalidade nas políticas de permanência e de assistência estudantil.

Referências

ALMEIDA, Wilson. O Prouni e a "democratização do ensino superior": explorações empíricas e conceituais . In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO,33., 2010, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anped, 2010.

ARRUDA, Ana Lucia Borba De; GOMES, Alfredo Macedo. Democratização do acesso à educação superior: o Reuni no contexto da prática. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 35., 2012, Porto de Galinhas. **Anais...**, Porto de Galinhas: Anped, 2010.

BARRETO, R. G. A formação de professores a distância como estratégia de expansão do ensino superior. **Educ. Soc.,** Campinas, v. 31, n. 113, p. 1299-1318, out./dez. 2010.

BARBOSA, Valci Aparecida; LIMA, Elizabeth Gonzaga dos Santos. Políticas de democratização da educação superior: análise do Programa de integração e de inclusão étnico-racial (PIIER) da Unemat. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 36., 2013, Goiânia. **Anais...** Goiânia: Anped, 2013.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política de ensino superior e renúncia fiscal: da Reforma Universitária de 1968 ao Prouni. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO,28., 2005, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anped, 2005.

_____. Uma análise crítica do financiamento do Prouni: instrumento de estímulo à iniciativa privada e/ou democratização do acesso à educação superior? In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 34., 2011, Natal. **Anais...** Natal: Anped, 2011.

GIOLO, J. A educação a distância e a formação de professores. **Educ. Soc.,** Campinas, v. 29, n. 105, p. 1211-1234, set./dez. 2008.

_____. Educação a Distância: tensões entre o público e o privado**. Educ. Soc.,** Campinas, v. 31, n. 113, p. 1271-1298, out./dez. 2010.

HYPOLITO, A. M. Políticas curriculares, Estado e regulação. **Educ. Soc.,** Campinas, v. 31, n. 113, p. 1337-1354, out./dez. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior:** 2012 – resumo técnico. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013a.

_____. **Censo da educação superior:** sinopses estatísticas da educação superior: graduação. 2000 – 2012. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013b.

_____. **Resumo Técnico.** Censo da Educação Superior 2009. Brasília: DF, 2010. Disponível em: < http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico2009.pdf > . Acesso em: 10 mar. 2011.

LIMA, K. R. S. Reforma da educação superior do governo Lula e educação a distância: democratização ou subordinação das instituições de ensino superior à ordem do capital? In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO,27., 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anped, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lista de polos credenciados para EaD.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/Excel/lista_de_polos_regulares_6.xls>. Brasília, 2009. Acesso em: 23 jun. 2013.

OTRANTO, Celia Regina. A Reforma da Educação superior do governo Lula da Silva: da inspiração à implantação. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO,29., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anped, 2006.

RIBEIRO, M. Dilema da universidade brasileira "pós-moderna": entre a democratização e a competência. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 19.,1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anped, 1996.

SOUSA E MELO, Lívia Veleda; SOUSA, José Vieira de. Democratização do acesso à educação superior: o caso da universidade de Brasília – campus de planaltina. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO,32., 2009, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anped, 2009.

VARGAS, Hustana Maria; Paula, Maria de Fátima Costa de. Novas fronteiras na democratização da educação superior: o dilema trabalho e estudo. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 34., 2011, Natal. **Anais...** Caxambu: Anped, 2011.